



O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM AUTISMO NO ENSINO REGULAR

Nádia Gardene Oliveira Souza¹

RESUMO

O processo de aprendizagem das crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino regular é um tema de crescente relevância na educação inclusiva. O objetivo deste estudo é conhecer e analisar como se dá o processo de aprendizagem da criança autista no ensino regular. Este estudo baseia-se em uma revisão bibliográfica, explorando artigos acadêmicos, livros, teses e outras fontes relevantes que abordam o tema da aprendizagem de crianças com autismo no ensino regular. Os resultados indicam que a aprendizagem da criança autista no ensino regular é um processo complexo e multifacetado, que exige adaptações curriculares, métodos de ensino diferenciados e uma formação contínua dos educadores. Estratégias como o uso de recursos visuais, a individualização do ensino e o suporte de profissionais especializados são cruciais para o sucesso educacional desses alunos. Conclui-se que, embora existam desafios significativos, a inclusão de crianças com autismo no ensino regular é viável e benéfica quando há um comprometimento institucional e uma prática pedagógica inclusiva.

Palavras-chave: Autismo; Aprendizagem; Transtorno do Espectro.

¹ *Graduada pela Universidade Vale do Acaraú, Ceará, Brasil. Pós-graduação em Educação Infantil pela Rede Municipal de Fortaleza, Ceará, Brasil. Assistente de Educação Infantil pela Rede Municipal de Fortaleza, Ceará, Brasil.*

1 INTRODUÇÃO

A educação especial tem sido um tema central em debates significativos, recebendo destaque no Brasil nas últimas duas décadas, com um enfoque na democratização dos espaços, acessos e respeito à diversidade (Silva. Costa; Grossi, 2017).

Esse destaque foi reforçado pela Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que, em seu artigo 58, caracteriza a educação especial como uma modalidade de ensino prioritariamente oferecida na rede regular para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil,

2012). Esta legislação rompe com a ideia de que a educação especial deve ser restrita a escolas especializadas.

Essa abordagem governamental resultou em um aumento no número de matrículas na educação especial, atingindo 1,2 milhão de alunos em 2018, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no Censo Escolar de 2018. Segundo o Inep, a proporção de matrículas de alunos da educação especial em escolas regulares, na faixa etária de 4 a 17 anos, subiu de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018. A matrícula de alunos com TEA também seguiu essa tendência de crescimento. Conforme o Inep, o número de estudantes com TEA em escolas regulares aumentou de 77.102 em 2017 para 105.842 em 2018, representando um crescimento de 37,28% em apenas um ano. No entanto, ainda não existem dados suficientes para avaliar a qualidade do atendimento desses alunos nas escolas regulares (Tenente, 2017), que devem ser espaços cruciais de integração e desenvolvimento para estudantes com autismo (Pinto, 2013).

Para um melhor entendimento do que se pretende pesquisar, elaborou-se a seguinte pergunta de partida, a saber: Como se dá o processo de aprendizagem da criança autista no ensino regular?

A escolha do tema se deu a partir de tomar conhecimento acerca da importância da inclusão dessa criança autista nas instituições de ensino regulares, evidenciando o quanto o tema em questão é primordial para que haja essa atenção e esse cuidado por parte da escola, fator este que é de suma importância para as quebras de paradigmas e preconceitos nos dias atuais.

A relevância da pesquisa está pautada em apresentar o quanto é de suma importância essa inclusão, pois através dela se consegue promover um aumento e melhora na aprendizagem desse aluno, que precisa ter a sua disposição uma instituição e uma equipe de profissionais que venham lhe auxiliar durante esse processo.

Acerca dos objetivos tem-se como objetivo geral, conhecer como se dá o processo de aprendizagem da criança autista no ensino regular. E como objetivos específicos, caracterizar o autismo e identificar as possibilidades educativas para as crianças com TEA.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Autismo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) vem sendo cada vez mais debatido, em resposta a quantidade de casos predominantes pelo mundo. Como um distúrbio do neurodesenvolvimento, inúmeros fatores são avaliados e aparecem diferentes graus de classificação de severidade (Menezes, 2020).

O TEA é uma expressão que abrange dentre outras manifestações, o autismo. Atualmente vem sendo muito usado, no entanto, pede um conhecimento mais característico que explane sobre a definição, as características e dificuldades identificadas na pessoa com esse transtorno (Santos; Vieira, 2017).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno observado na infância e que não tem cura, no entanto com tratamentos, pode-se trazer melhoria para a qualidade de vida da criança. Como diz Lacerda (2017) o “transtorno do espectro autista é tido como uma condição que atinge de 1 a 2% da população, pode se classificar como leve (onde preferencialmente parentes próximos ao sujeito observam) ou considerado grave (onde traz prejuízos ao sujeito que faz atividades simples como falar).”

Nos Estados Unidos da América (EUA), a Academia Americana de Pediatria recomenda a triagem para o TEA aos 18 e aos 24 meses, o que mostra que os sinais, além de aparecerem cedo, podem ser identificados com certa habilidade, em profissionais capacitados para avaliar o desenvolvimento infantil. Dessa forma, precisa-se avaliar as manifestações de prejuízos sociocomunicativos e de performances privativas ou recorrente com a finalidade de entender como o TEA influencia no desenvolvimento e na vida das pessoas (Guthrie et al., 2013).

Nos dias atuais, o autismo é definido, tanto na 10ª revisão da Classificação Internacional das Doenças Mentais (CID-10) quanto no Manual Diagnóstico e Estatístico da Associação Americana de Psiquiatria (DSM-V) como um transtorno de desenvolvimento complexo, trazendo prejuízos na relação social, diálogo além de, padrões de importância e comportamentos padronizados. Os sinais surgem de forma precoce, na maior parte antes dos dois anos de idade (Oliveira, 2009).

Os sintomas que precisam ser identificados para a suspeita do autismo estão contato visual anormal, ausência de orientação para o nome, falta de utilização de gestos para manifestar e/ou expor, falta de brincadeiras participativas, de sorriso, falta de dividir e falta de interesse em outras crianças. Uma vez que, retardos programados de linguagem e sociais e regressão dos marcos de linguagem ou sociais são alertas precoces relevantes a uma avaliação imediata (Behrman; Jenson; Kliegman, 2011).

2.2 Autismo e as legislações sociais (CF 1988, Assistência Social, Lei Berenice Piana, Lei de Inclusão)

A Constituição Federal é a diretriz que regulamenta o ordenamento jurídico em atividade, de forma que todas as outras leis precisam suprir as noções básicas nela apresentados. Um ponto crucial da Constituinte de 1988 diz respeito à seguridade dos direitos fundamentais, que precisam ser garantidos a todos os cidadãos. O seu artigo 5º identifica explicitamente que todo o cidadão deve ter igualdade de condições e de direitos, por mais que tenha particularidades que o diferencie dos outros (BRASIL, 1988).

A necessidade de proteção legal das pessoas com deficiência é adotada por Martha Nussbaum, que tem como essencial para uma sociedade justa e digna.

Uma perspectiva satisfatória da justiça humana pede para identificar a igualdade na cidadania para indivíduos com déficits, inclusive impedimentos mentais, e dá suporte apropriado para a assistência e educação, de tal modo que também venha auxiliar para trabalhar com os problemas trazidos pelas deficiências associadas. Além do mais, requer identificar as muitas diversidades de lesão, deficiência, necessidade e dependência que um ser humano “normal” de modo igual pode ter, e, dessa maneira, a grande

continuidade que existe entre as vidas “normais” e daqueles indivíduos que sofrem de impedimentos permanentes (Nussbaum, 2013, p. 121).

Com isso, é função Estado garantir esses direitos, que na maioria não são assegurados para as pessoas que precisam de tratamento especial, como é a situação das pessoas que tem alguma deficiência. Essa atribuição do Estado está claramente apresentada na Lei de Apoio às pessoas portadoras de deficiência em atividade desde o ano de 1989, que em seu artigo 2º fala:

Art. 2º: Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico (BRASIL, 1989).

No Brasil, em 2012, é estabelecido a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a chamada “Lei Berenice Piana”, dando devidamente, a valorização e a relevância da pessoa com autismo na sociedade brasileira. A lei diz que para todos os efeitos legais, o autismo é tido como uma deficiência (Santos; Vieira, 2017).

Em 2015 é aceita a Lei nº 13.146/15 que vem para respaldar e dá um apoio às ações afirmativas e inclusivas. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), aspira promoção da igualdade e a prática dos direitos da pessoa com deficiência. Se virando para o direito a educação, o art. 28 da Lei, enfatiza que é função do ao poder público garantir, criar, desenvolver, implantar, estimular, conduzir e analisar questões associadas a ações inclusivas.

2.3 A inclusão da pessoa com autismo

A inclusão é um assunto que na conjuntura atual tem desencadeado discussões na sociedade. Fala-se, escreve-se e debate-se muito acerca do tema, entretanto quando chega o momento da prática, observa-se obstáculos a serem deslocados. Estes se apresentam em formato de discriminações, padrões incorretos, medos, dúvidas, ignorância etc. Outra maneira de manifestação destas barreiras são as políticas públicas ineficazes. Estas se apresentam em leis que, como um todo, são formadas de belas intenções, mas que não trazem mecanismos operacionais eficazes, que assegurem sua aplicabilidade. Neste sentido, se tem uma grande divisão entre teoria e prática (Silva; Brotherhood, 2009).

As pessoas com necessidades especiais vêm tendo cada vez mais seu lugar e seus direitos na sociedade atual, mas houve vários embates até chegar aonde se estar. Carvalho, Rocha e Silva (2006), ao procurar a analisar as conjunturas de existência das pessoas com deficiência ao longo do tempo pode ser visto em diferentes maneiras de tratamentos, voltados a esse segmento social. As principais formas se voltam para os modelos de destruição ou afastamento, da institucionalização, da incorporação e da inclusão. Os entendimentos explicativos acerca das causas com deficiências, além das chances de existência para aqueles que as têm, podem ser ligados nos modelos místicos, biológicos e sociopsicológicos.

Para incluir a todos é necessário sem exclusão que todos participem verdadeiramente, sendo solidários, colaboradores e participativos, já que as tecnologias estão cada vez mais desenvolvidas e basicamente feitas para auxiliar na comunicação, movimentação e qualidade de vida para pessoas com as mais diversas demandas especiais, a história vem se transformando para que toda a sociedade possa ter vantagens (Pelin, 2013).

Socialmente, a inclusão da pessoa com autismo implica na promoção de uma cultura de respeito e compreensão. A conscientização da sociedade sobre o autismo e a eliminação de estigmas são essenciais para que pessoas com TEA possam viver de maneira plena e integrada.

Em suma, a inclusão da pessoa com autismo requer um esforço conjunto de todos os setores da sociedade. Com compromisso e ação, é possível criar um mundo onde todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, possam alcançar seu pleno potencial e participar ativamente da vida comunitária.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo do tipo revisão bibliográfica que foi feito a partir da junção de achados bibliográficos, encontrados em artigos científicos, monografias, manuais e outros materiais disponíveis na íntegra.

A coleta dos dados se deu a partir das combinações dos descritores selecionados para esse estudo, que foram: autismo, aprendizagem e criança. Após a formulação destas, colocou-se nas bases de dados SCIELO e LILACS junto aos critérios de inclusão, sendo eles: artigos originais e completos, idioma em português, com recorte temporal de 2012 a 2021 e que respondessem a pergunta de partida proposta.

Em seguida com a inserção das combinações e dos critérios de inclusão adotados, fez a filtração e a seleção dos artigos para uma melhor compreensão. Posteriormente elaborou-se um quadro explicativo com as principais características dos artigos, sendo elas: título, autores, ano, objetivo e resultados.

Por fim, foram retirados os achados mais pertinentes dos autores dos estudos selecionados.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Essa sessão trata-se de mostrar as principais características dos estudos que foram selecionados para a construção desses resultados em questão.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos

Título	Autores e ano	Objetivo	Resultados
A criança com autismo e os processos de aprendizagem e	ELIAS, A.T. et al. (2012)	Trazer à tona as possibilidades educativas e intervenções	Como resultado do estudo, enfatizamos a relevância de adaptar as práticas

de desenvolvimento: desafios e possibilidades na educação infantil		pedagógicas para crianças e adolescentes com TEA matriculados em escolas regulares a partir da inclusão e da interação.	pedagógicas às particularidades das crianças com TEA, assim como a necessidade de uma formação de professores que esteja alinhada com essa realidade.
O processo de aprendizagem de crianças autistas	SANTOS, C.F. SANTOS, H.C. SANTANA, M.J. (2016)	Analisar o processo de aprendizagem das crianças autistas, ressaltando características, comportamentos e dificuldades, bem como seu convívio nas relações sociais.	Os dois ambientes primordiais onde ocorre o aprendizado são a escola e o lar, portanto, a participação de pais e professores é crucial para que a aprendizagem aconteça de maneira eficiente. Para isso, existem métodos que facilitam a educação e o desenvolvimento das crianças autistas.
O processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA nas escolas regulares: uma revisão de teses e dissertações	GROSSI, M.G.R. GROSSI, V.G.R. GROSSI, B.H.R. (2020)	Fazer uma revisão das dissertações de mestrado e teses de doutorado que analisaram o processo de ensino e aprendizagem de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) nas escolas regulares.	Os resultados mostraram que, embora a legislação tenha proporcionado certas garantias e o número de alunos com TEA em escolas regulares tenha aumentado, a inclusão e o aprendizado desses alunos ainda estão longe de ser uma realidade completa. A inclusão não se resume apenas à matrícula. As escolas regulares ainda precisam fazer muitas melhorias, como adaptar suas estruturas físicas, reformular suas abordagens pedagógicas, utilizar tecnologias assistivas e métodos de

			intervenção, além de incorporar currículos funcionais.
O processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA sob a perspectiva dos profissionais do ensino regular	RANDING, M.C. ROSA, C.D. (2021)	Analisar as percepções de professores e monitores de Educação Especial, que atuam com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) sobre o processo de ensino-aprendizagem desse público no ensino regular do Município de Canoinhas/SC.	Os resultados destacaram a necessidade de revisar a preparação desses profissionais, uma vez que apenas a implementação de leis não será suficiente para promover essa inclusão. É crucial desenvolver programas de formação contínua que ajudem os educadores a entender as particularidades e desafios de cada aluno, independentemente de possuírem ou não deficiência.

Fonte: Autora (2024).

- Processo de aprendizagem da criança autista no ensino regular

O direito à educação é garantido constitucionalmente a todos. O número de matrículas de crianças com deficiências tem aumentado significativamente nos últimos anos. O grande desafio é desenvolver práticas educativas significativas para crianças com TEA. Não basta assegurar o acesso; é preciso fornecer formação adequada para que os professores possam atender plenamente esses alunos (Elias et al., 2012).

A escola é especialmente importante para crianças com TEA, pois a interação social é fundamental para seu desenvolvimento. Essas crianças necessitam de intervenções específicas em seu processo de aprendizagem e desenvolvimento, e os professores devem planejar suas práticas considerando que elas são ativas na construção do conhecimento. As interações com outros alunos são valiosas e proporcionam um aprendizado significativo. Além disso, é crucial considerar a infraestrutura da escola para atender a esse público (Elias et al., 2012).

De acordo com Carothers e Taylor (2004), a meta da educação para uma criança autista é promover sua independência, garantindo mais segurança ao realizar atividades diárias e melhorando a qualidade de vida da criança e de sua família.

Os dois principais ambientes de aprendizado são a escola e o lar. Embora o ideal seja ensinar habilidades diárias no contexto natural, isso nem sempre é possível.

Realizar tarefas simples, como comer sem ajuda, usar o banheiro e escovar os dentes, pode fazer uma grande diferença na qualidade de vida dessas crianças. Crianças autistas tendem a se apegar a rotinas, o que pode ser aproveitado em seu benefício. É possível criar rotinas com horários fixos para várias atividades do dia, mas isso deve ocorrer de maneira natural. Enquanto a rotina é essencial, é igualmente importante que a criança aprenda a aceitar mudanças. Portanto, pais e professores devem introduzir pequenas alterações no cotidiano da criança, uma de cada vez, como mudar o trajeto até a escola ou a posição na sala de aula. É importante ensinar desde cedo que as rotinas não são imutáveis (Santos; Santos; Santana, 2016).

Para entender as possibilidades de aprendizagem dos alunos, é crucial compreender como o cérebro processa e retém informações. Isso ajuda na seleção de atividades pedagógicas que estimulam as conexões neurais e fortalecem o conhecimento (Bartoszeck & Grossi, 2018). Isso é particularmente importante para todos os alunos, especialmente aqueles com alguma deficiência.

Com base nos estudos de Silva (2018), Spagnuolo (2017), Santos (2016), Pauli (2018), Fernandes (2016), Rinaldo (2016), Macêdo (2015) e Cândido (2015), destacam-se dez pontos essenciais para superar as dificuldades no processo de ensino e aprendizagem de estudantes com TEA:

1. Incluir voluntários educacionais nas escolas regulares.
2. Ampliar o uso de Tecnologias Assistivas (TA) e métodos de intervenção que promovam uma ampla convivência.
3. Incluir terapeutas escolares para ajudar no processo de inclusão e desenvolvimento subjetivo.
4. Incluir profissionais de apoio ao professor dentro da sala de aula.
5. Adaptar conteúdos e desenvolver atividades e avaliações que levem em consideração as habilidades e características individuais de cada aluno.
6. Iniciar a escolarização de alunos com TEA na escola regular desde a primeira etapa da educação básica, para que eles comecem a socialização mais cedo e estejam preparados para as futuras etapas acadêmicas.
7. Implementar efetivamente as leis de inclusão.
8. Investir na formação de professores em educação especial, para que os futuros educadores estejam capacitados para trabalhar com alunos com TEA.
9. Desenvolver um currículo funcional.
10. Utilizar estratégias pedagógicas que facilitem o acesso dos alunos com TEA ao currículo regular.

Acredita-se, portanto, que esse caminho poderá conduzir à inclusão, uma vez que é debatível se os direitos dos alunos com TEA nas escolas regulares estão sendo assegurados, com o objetivo de tornar a escola regular e suas salas de aula mais integradoras e inclusivas, em vez de segregadoras e assistencialistas (Grossi; Grossi; Grossi, 2020).

A implementação de atividades dentro de uma rotina ajuda o aluno a desenvolver hábitos e a se organizar. O uso de recursos como músicas, histórias, atividades em grupo, jogos e materiais visuais contribui de maneira significativa para o desenvolvimento e a inclusão desses alunos na sociedade. A visão do professor e suas estratégias pedagógicas são fundamentais para a realização de uma educação

inclusiva, sendo eles os principais responsáveis por promover a socialização, inclusão e desenvolvimento dos alunos com TEA (Randing; Rosa, 2021).

Percebe-se que a inclusão de alunos com TEA demanda várias ações que devem ser adotadas não apenas no ambiente escolar, mas também através de políticas públicas que contemplem a capacitação e formação contínua de professores e gestores. Além disso, é importante disponibilizar recursos para melhorar a acessibilidade nos espaços e adquirir materiais pedagógicos que facilitem a prática docente, tornando-a mais atrativa e significativa para todos os alunos, inclusive aqueles com TEA (Randing; Rosa, 2021).

- Possibilidades educativas para as crianças com TEA.

- Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Desvantagens na Comunicação (TEACCH)

Uma abordagem de intervenção é o Método Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Desvantagens na Comunicação (TEACCH). Ribeiro e Blanco (2016) afirmam que o TEACCH é um programa que integra Psicologia Comportamental e Psicolinguística, com o objetivo de promover a autonomia do indivíduo com TEA na vida adulta. Desenvolvido pelo Dr. Eric Schopler na Universidade da Carolina do Norte na década de 1960, o programa foi criado em resposta às demandas de pais que buscavam apoio do governo para as dificuldades de seus filhos.

A Psicolinguística utiliza imagens visuais para criar significados e interiorizar experiências nos indivíduos com TEA, aprimorando sua comunicação (Ribeiro e Blanco, 2016). Segundo as autoras, essas imagens visuais, uma vez internalizadas pela criança, geram comunicação oral, gestual ou escrita.

Análise do Comportamento Aplicada (ABA)

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é uma “abordagem comportamental aplicada por Lovaas a crianças autistas” (Figueiredo, 2014, p. 48). É um estudo científico que visa explicar e melhorar comportamentos. Nos EUA, a ABA é considerada a abordagem mais eficaz para o tratamento de crianças autistas, com eficácia comprovada cientificamente.

Para Ribeiro e Blanco (2016), o comportamento é um processo complexo de interação entre o indivíduo e o ambiente, onde há uma ação mútua, com efeitos e mudanças em ambos. Dessa forma, é possível modificar o comportamento humano por meio de reforços positivos, quando o comportamento é desejável, e negativos, quando não é.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado pode-se concluir o quanto é essencial que haja essa preocupação da aprendizagem dos alunos autistas, é necessário que a escola esteja preparada para repassar para esse aluno e sua família uma experiência acolhedora e positiva.

Tendo como base o objetivo proposto chegou-se ao entendimento de que o processo de aprendizagem do autista ocorre a partir de um certo tempo e pede paciência e empenho por parte dos envolvidos, como escola, pais e família, é preciso levar em consideração o tempo dessa criança, lhe ajudando e incentivando, fazendo com que elas se sintam motivadas.

Dessa forma, pode-se compreender que cada vez mais a escola e os professores precisam estar preparados para que assim consigam trabalhar em cima das principais dificuldades e necessidades desses alunos e assim elas consigam ir avançando.

Em suma, há avanços significativos, mas ainda é preciso trabalhar muito essa questão nas escolas regulares dos dias de hoje, para que haja essa inclusão de uma forma mais rápida e menos conservadora.

6 REFERÊNCIAS

BARTOSZECK, A. B.; GROSSI, M. G. R. A neurociência do autismo. In: BORGES, A. A. P.; NOGUEIRA, M. L. M. (org.). O aluno com autismo na escola. Campinas: Mercado das Letras, 2018. p. 35-63.

BEHRMAN, R.E.; JENSON, H.B.; KLIEGMAN, R. Nelson Tratado de Pediatria. 19 ed. Rio de Janeiro. Elsevier; 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 11 ago. 2023.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 10 jun.2024.

CÂNDIDO, F. R. **Tecnologias assistivas e inclusão escolar: o uso do software GRID2 no atendimento educacional especializado a estudante com autismo em escola pública do Distrito Federal**. 2015. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

CAROTHERS, D.E; TAYLOR, R.L. **Como pais e educadores podem trabalhar juntos para ensinar habilidades básicas de vida diária para crianças com**

autismo. 2004. Disponível em: http://www.ama.org.br/html/apre_arti.php?cod=64. Acesso em 27 jun. 2024.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2006.

ELIAS, A.T. et al. A criança com autismo e os processos de aprendizagem e de desenvolvimento: desafios e possibilidades na educação infantil. Pedagogia, Faculdade Multivix, Cariacica, 2012.

FERNANDES, A. L. M. **O papel da música no currículo funcional do ensino de ciências para alunos com autismo: formação continuada**. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Ciências) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2016.

FIGUEIREDO, C.S. **Um estudo sobre programas de intervenção precoce e o engajamento dos pais como coterapeutas de crianças autistas**. 2014. 91f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica), Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Departamento de Psicologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GROSSI, M.G.R.; GROSSI, V.G.R.; GROSSI, B.H.R. O processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA nas escolas regulares: uma revisão de teses e dissertações. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento São Paulo**, v. 20, n. 1, p. 12-40, Jan./Jun. 2020.

GUTHRIE, W. Early diagnosis of Autism Spectrum Disorder: Stability and change in clinical diagnosis and symptom presentation. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**, v. 54, n. 5, p. 582-90, 2013.

LACERDA, L. Transtorno do espectro autista: uma brevíssima introdução. Curitiba: CRV, 2017.

MACÊDO, C. R. de. **A criança com transtorno do espectro autista (TEA) e o professor: uma proposta de intervenção baseada na experiência de aprendizagem mediada (EAM)**. 2015. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MENEZES, M.Z.M. **O diagnóstico do transtorno do espectro autista na fase adulta**. Monografia, Colegiado do Curso de Transtornos do Espectro do Autismo, Especialista em Transtornos do Espectro do Autismo, Belo Horizonte, 2020.

NUSSBAUM, M.C. **Fronteiras da justiça: nacionalidade, pertencimento à espécie**. Tradução de Susana de Castro. –São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

OLIVEIRA, G. Autismo: diagnóstico e orientação Parte I - Vigilância, rastreio e orientação nos cuidados primários de saúde. **Acta Pediatr Port**, v. 40, n. 6, p. 278-87, 2009.

PAULI, P. A. C. de. **A integração das tecnologias ao currículo inclusivo de crianças com TEA: um estudo de caso.** 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

PELIN, L. **Estratégias para a Inclusão de Alunos com Transtorno do Espectro Autista.** 2013. 43 folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

PINTO, S. da S. **Práticas pedagógicas e o sujeito com autismo: um estudo de caso fenomenológico no ensino comum.** 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

RANDING, M.C.; ROSA, C.D. O processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA sob a perspectiva dos profissionais do ensino regular. Pedagogia, UNC, 2021.

RIBEIRO, E.; BLANCO, M. **Os desafios da escola pública Paranaense na perspectiva do professor PDE: um estudo sobre as propostas de intervenção com crianças autistas em sala de aula.** Vol. 1. Paraná: PDE, 2016.

RINALDO, S. C. de O. **Processo educacional de crianças com transtorno do espectro autista na educação infantil: interconexões entre contextos.** 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2016.

SANTOS, C.F.; SANTOS, H.C.; SANTANA, M.J. **O processo de aprendizagem de crianças autista.** Portal FLSF, Artigo Científico, 2016.

SANTOS, R.K.; VIEIRA, A.M.E.C.S. **Transtorno do espectro do autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional.** Universidade Federal Rural do Semiárido, Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social, 2017.

SANTOS, V.; ELIAS, N. C. Caracterização das matrículas dos alunos com transtorno do espectro do autismo por regiões brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, n. 4, p. 465-482, 2018.

SILVA, M.C.B.L.; BROTHERHOOD, R.M. Autismo e inclusão: da teoria à prática. V EPCC Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar, outubro, 2009.

SILVA, L.C.; COSTA, M.A.B.; GROSSI, M.G.R. Tecnologias assistivas nos ambientes virtuais de aprendizagem dos cursos técnicos a distância do Cefet-MG: quais as possibilidades? **Cadernos de Pós-Graduação**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 121-144, 2017.

SILVA, G. E. de O. **O papel do educador social voluntário no processo de inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista.** 2018. 94 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2018.

SPAGNUOLO, L.S. **Acompanhamento terapêutico na escola:** entre o educar e o analisar. 2017. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

TENENTE, L. B. **A visão da escola sobre a inclusão de crianças com autismo.** 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.